**Revolta da Vacina**

Descontente com as reformas sanitárias e com as condições sociais da época, a população revoltou-se em 1904, quando o governo determinou a vacinação obrigatória contra a varíola. A repressão das autoridades controlou o movimento, que se tornou conhecido como **Revolta da Vacina**.

**Causas**

A cidade do Rio de Janeiro no início do século, capital da República, assim como várias das cidades e capitais estaduais litorâneas do Brasil, representava uma ameaça à saúde pública, por apresentar elevados índices de doenças, que se tornaram epidêmicas, como a peste bubônica, a febre amarela e a varíola. Mas havia outras, como sarampo, tuberculose, escarlatina, difteria, coqueluche, tifo e lepra.

O caso era alarmante. Em 1895, o navio italiano Lombardia, atracado no Rio de Janeiro, perdeu 234 dos 337 tripulantes, mortos por febre amarela.

A atração do capital estrangeiro e a vinda de imigrantes ficavam comprometidas com o estado de calamidade sanitária que a cidade apresentava.

Na Presidência de Rodrigues Alves (1902-1906), decidiu-se pela urbanização e saneamento da capital, procedendo-se à contratação do engenheiro Pereira Passos e do médico sanitarista **Oswaldo Cruz.**

As medidas sanitaristas aprovadas durante o governo Rodrigues Alves provocaram manifestações populares por toda a cidade do Rio de Janeiro. Apesar de protestos e abaixo-assinados, foi aprovada no Congresso, em 1904, **uma lei que tornava a vacinação obrigatória.** Só naquele ano, cerca de 3.500 pessoas haviam morrido de varíola.

Capa da Revista da Semana ilustrando a Revolta da Vacina, outubro de 1904.

No combate à febre amarela foram criadas as Brigadas Sanitárias, os “Mata-Mosquitos”, que invadiam lares, pulverizavam o ambiente, interditavam locais contaminados, internavam doentes e forçavam a população à vacinação.

No segundo semestre de 1904, o número de visitas chegou a 110 mil casas e a interdição de 626 edifícios e casas. As medidas foram interpretadas como sendo uma invasão da privacidade e uma violação aos direitos individuais. A imprensa tratava tais medidas como “**Código da Tortura**”.

A vacinação era feita no braço, por uma incisão feita com o auxílio de uma lanceta, instrumento cirúrgico de dois gumes. Os opositores às medidas sanitaristas, e ao governo, deram um tom provocador à vacinação, alegando, como o líder socialista Vicente de Souza, ser uma ofensa ao chefe de família ter seu lar invadido por um desconhecido na sua ausência, obrigando mulher e filhas a desvendarem seus corpos para um desconhecido. Outros afirmavam que as mulheres eram obrigadas a mostrar suas nádegas para a vacinação. Houve quem transferiu, em seus discursos contra as medidas governistas, a vacinação para a virilha das mulheres.

Prosseguindo nas medidas sanitaristas, Oswaldo Cruz, chefe da Diretoria de Saúde Pública, propôs, a 9 de novembro, a aprovação de uma lei que exigisse comprovação da vacinação para matrículas em escolas, empregos, viagens, hospedagem e casamentos, multando a quem resistisse à lei.

**A revolta e suas consequências**

O vazamento da notícia fez eclodir o movimento que foi chamado de revolta da vacina.

Os primeiros confrontos ocorreram na Praça Tiradentes, no dia 10 de novembro, envolvendo estudantes e policiais, aos gritos de “**Morra a Polícia**” e “**Abaixo a Vacina**”.

No dia 13, domingo, houve novos confrontos na Praça Tiradentes, sede da Secretaria da Justiça, estendendo-se por várias regiões da cidade: tiroteios, bondes tombados, barricadas, assalto a delegacias, a quartéis, e a casas de armas, destruição da iluminação pública, contando com a adesão de populares, cadetes, operários e prostitutas.

A repressão ao movimento coube à Polícia, ao Exército e à Marinha, sendo convocadas tropas do Exército de Niterói, Lorena (SP) e São João del Rei (MG). Chegou-se à decretação do estado de sítio.

Ao final da Revolta da Vacina, os números revelaram o grau de violência: 30 mortos, 110 feridos e 461 deportações para o Acre, sem qualquer processo.

Apesar da insatisfação popular, a campanha resultou num sucesso. As mortes, 1.000 no ano de 1902, baixaram para 48 em 1904. Em 1909 nenhuma vítima de febre amarela foi registrada na cidade do Rio de Janeiro.